

DECRESCIMENTO E PÓS-EXTRATIVISMO COMO ALTERNATIVAS: UM OLHAR A PARTIR DO DEBATE SOCIOAMBIENTAL DA AMÉRICA LATINA

THE DEGROWTH AND THE POST-EXTRACTIVISM AS ALTERNATIVES: A PERSPECTIVE FROM THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DEBATE OF LATIN AMERICA

Paulo Roberto Alves*

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. Trad. Tadeu Breda - São Paulo: Elefante, 2018. 224p.

Palavras-chave: Conflito socioambiental. Decrescimento. Pós-extrativismo.

Escrito por Alberto Acosta e Ulrich Brand, o livro *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista* é a expressão da necessidade de se pensar alternativas ao desenvolvimento capitalista tanto no Sul, quanto no Norte global. Alberto Acosta é um político equatoriano, com formação em Economia e um dos fundadores do Instituto de Estudios Ecológicos del Tercer Mundo e do partido Alianza País. Na política, foi ministro de Energia e Minas e presidente da Assembleia Constituinte do Equador. No ano de 2013, candidatou-se à presidência da República de seu país pela

Unidad Plurinacional de las Izquierdas sem grande sucesso. Ulrich Brand é cientista político alemão, professor universitário na Universidade de Viena, na Áustria, tendo passagens por instituições de ensino e pesquisa europeias e latino-americanas. Seus estudos abrangem as áreas de globalização, hegemonia e ecologia política.

Os autores se debruçam sobre dois conceitos que se colocam como alternativas ao desenvolvimento atual, a saber: o decrescimento e pós-extrativismo. Ambos os termos fazem crítica ao capitalismo contemporâneo e à crise socioambiental de proporções civi-

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: prtaj@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4841-8364>.



lizatórias. Mesmo com afinidades, essas noções têm origens diferentes. Enquanto a noção de decrescimento surge no Norte global, mais precisamente na Europa – com origem no âmbito acadêmico, mesmo havendo incorporações por grupos sociais externos –, a noção de pós-extrativismo emerge de lutas territoriais latinas contra a opção do modelo econômico neoextrativista, as empresas extrativistas e os governos.

Se o decrescimento e o pós-extrativismo surgem nessa arena como alternativas ao desenvolvimento, sobretudo ao seu significado unidimensional, que o concebe apenas como sinônimo de crescimento econômico, não podemos nos furtar de conectar essas críticas aos territórios que experienciam conflitos socioambientais em suas realidades cotidianas. Pescadores, quilombolas e indígenas de diversas etnias possuem suas próprias visões de mundo, suas próprias representações sobre os sentidos dados a suas lutas e vivem conflitos por conta do atual modelo de desenvolvimento na América Latina.

Quando falamos de América Latina, desde o início do século XXI, o retorno às atividades extrativistas tem sido uma estratégia para o crescimento econômico de seus países. O setor extrativista – de petróleo, mineração e aço – trouxe crescimento econômico para países de todas as matizes ideológicas, sejam neoliberais ou “progressistas”, graças ao grande acesso a recursos ambientais que se apropriaram desses bens naturais para a manutenção dos seus lucros numa economia amplamente globalizada, adotando um modelo neoextrativista.

Com essa expansão do setor extrativo, economistas identificam o processo de reprimarização da economia, em que há exportação de produtos com baixo insumo tecnológico agregado, inserindo-os de for-

ma subordinada. Sendo assim, cada vez mais os países latino-americanos simplificam sua economia, aumentando a competição desses países nesse setor, e vivem inúmeros conflitos socioambientais em seus territórios. Essa nova ordem econômica tem sido chamada de “consenso de *commodities*”, entendida como uma “nova ordem político-ideológica sustentada pelo *boom* dos preços internacionais das matérias-primas e bens de consumo demandados cada vez mais pelos países centrais e as potências emergentes”. (SVAMPA, 2013, p. 30).

Atualmente, essas mudanças sociais trazem o retorno ao debate acerca do desenvolvimento, sobretudo os efeitos dessas políticas econômicas nas localidades. Numa escala microsociológica, ancorada numa perspectiva territorial, os trabalhos socioantropológicos têm iluminado outra dimensão dessas disputas sobre o modelo de desenvolvimento. Analisar os conflitos socioambientais, causados pela adoção desse modelo neodesenvolvimentista no Brasil a partir dos lugares, incorpora à análise atores sociais, movimentos sociais, governos e empresas. Dessa maneira, contribui com os debates macrossociológicos, optando por uma escala das experiências dos grupos em contestação e suas estratégias.

É necessário compreender a “violência das afetações” nesses territórios, e sua relação com o modelo de desenvolvimento atual (ZHOURI; DA SILVA VALENCIO, 2014). Por mais que esses processos sejam definidos em outra parte, em lugares bem distantes, materializam-se no local de atividade extrativista, gerando efeitos, atingindo populações, destruindo ecossistemas, anunciando a morte de formas de ser, fazer e viver territorializadas. Essas afetações ao meio ambiente, ao território e aos modos de vida precisam ser observadas, analisadas

e compreendidas a partir de seus contextos, mesmo que haja distância entre escalas. É necessário dar contornos a essas afetações no cotidiano das comunidades e suas localidades, entendendo que nem sempre esses podem ser mitigados, como entendem governos e empresas; os efeitos desses empreendimentos comprometem de forma definitiva a realidade ambiental e social.

Esses lugares recebem, portanto, atividades extrativas que ligam esses territórios a redes globais de produção. A presença empresa incorpora esse território a outros, fazendo-os participar de fenômenos globais que são essas redes produtivas (SANTOS, 2012). Algumas etapas, sobretudo aquelas mais marcadas pela alta tecnologia, são destinadas a países centrais, enquanto o Sul global fica com o ônus ambiental, a destruição de seus recursos naturais e de modos de vida da comunidade local. Nesses territórios, ações coletivas fazem a crítica à ideia de progresso linear e ao imaginário liberal de desenvolvimento, o qual entende esse fenômeno como apenas crescimento econômico, colocando no centro das disputas a contestação a empresas multinacionais e sua relação com a natureza e a comunidade local.

O “Bem Viver”, ou “*Buen Vivir*”, é uma proposta pós-desenvolvimentista que busca superar a ideia de progresso, enquanto permanente acumulação de bens materiais. O intuito dessa proposta é ser um projeto emancipador que busca nutrir-se de experiências locais para então fortalecer vínculos mais solidários e democráticos. É uma crítica ao desenvolvimento que vem dos povos indígenas da América Latina, buscando alternativas pautadas em suas relações harmônicas com a natureza. Segundo seus arautos, não é uma visão excludente ou dogmática, mas, sobretudo, uma proposi-

ta que se alimenta de outras narrativas que não se limita a vivências andinas e amazônicas, mas é aberta para a construção desse futuro pós-desenvolvimento, no qual não há separação entre natureza e sociedade (GUDYNAS, 2016).

Enquanto o Sul global busca alternativas ao desenvolvimento a partir do “Bem Viver”, pensando em um momento pós-extrativista, o Norte global não está fora dessas mudanças. Esses países têm também pensado no seu lugar de importador de recursos naturais e a centralidade dada ao crescimento econômico como sinônimo de progresso. Segundo Acosta e Brand (2018), para pensar alternativas ao desenvolvimento capitalista é preciso discutir tanto o “Bem Viver” quanto o decrescimento. Enquanto este tem ganhado espaço no Norte global, aquele emerge de disputas ecoterritoriais contra a opção do modelo econômico neoextrativista implementado, que desencadeou disputas em diversos lugares e, graças a ações coletivas, tem se articulado em diversas escalas nas lutas contra empresas extrativistas e seus aliados. Essa perspectiva pós-desenvolvimento e pós-extrativista influencia o debate, sendo fundamental se debruçar sobre as maneiras pelas quais essas lutas têm ocorrido nos territórios. Não há alternativas sem atores mobilizados construindo cotidianamente e disputando os sentidos do que é progresso.

O livro em análise tem uma perspectiva marcadamente teórica e abre um campo de pesquisa empírica para a produção de um conhecimento socioantropológico acerca dessas realidades de conflitos socioambientais e ecoterritoriais e da busca por esses novos imaginários em relação ao progresso numa perspectiva contra-hegemônica. A pesquisa deve não apenas lançar-se em um empreendimento sobre as parti-

cularidades de cada território, mas também comparar localidades. Abre-se a possibilidade de se traçar paralelos entre realidades diferenciadas que vivem subordinadas ao mesmo modelo de desenvolvimento. Os autores buscam pensar as alternativas ao capitalismo, ao conectar duas tradições de pensamento – a europeia e a latino-americana – sobre a mesma questão: o meio ambiente e os limites do desenvolvimento capitalista. Isso se dá sem subordinar uma tradição à outra, estabelecendo um diálogo profícuo que, até então, não havia sido feito. As mudanças necessárias na América Latina e no Sul global como um todo só podem ser vividas com mudanças significativas também no Norte global e no seu apetite por recursos naturais.

O livro é formado por seis capítulos, todos escritos pela dupla de autores. A socióloga argentina Maristella Svampa, que tem se dedicado aos conflitos socioambientais na América Latina prefacia a obra. No primeiro capítulo – “Um velho debate floresce” – os autores tratam do atual momento de um mundo em profundas transformações. Na Europa, com a ascensão da ultradireita e seu discurso xenófobo em diversos países, e nos EUA, com a ascensão de Donald Trump, surge a necessidade de se constituir alternativas radicais. Se, no início do século XXI, os países latino-americanos foram marcados por regimes “progressistas”, isso hoje já está em processo de mudança com o crescimento de governos conservadores e neoliberais, o que demarca, segundo os autores, o esgotamento do ciclo “progressista” na região. Só há alternativas, portanto, considerando esse acúmulo sócio-histórico e as experiências existentes.

No capítulo 2 – “Contexto históricos comuns e divergentes” –, os autores aproximam as afinidades entre os termos “decre-

cimento” e “pós-extrativismo” e também os diferenciam. Ambas as noções são perspectivas para a transformação da sociedade e suas relações com a natureza, mas não podem ser homogeneizadas. Outros pontos analisados são: o contexto da América Latina de extrativismo, desde a época colonial, suas diferenças e continuidades com o extrativismo contemporâneo; e a constituição de um capitalismo periférico e dependente. Por outro lado, a Europa vive uma crise econômica que traz o desmonte de políticas do “Estado de bem-estar social” e, como justificativa, o receituário neoliberal vigente com suas políticas de austeridade. Para os autores, a crise europeia é múltipla e traz o crescimento de partidos nacionalistas e de extrema direita. Além disso, o modo de vida imperial da classe média europeia, que pressupõe recursos naturais infinitos, está na base da relação entre o Norte e o Sul globais.

No terceiro capítulo – “Elementos centrais do decrescimento” –, os autores se dedicam somente ao contexto do Norte global, analisando os primeiros debates sobre os limites do crescimento contínuo. John Stuart Mill e até mesmo Karl Marx e Friedrich Engels são entendidos como autores que trazem ideias fundacionais sobre o que chamamos de economia estacionária. Essa base sobre o decrescimento se articula com os debates sobre economia ecológica e ecologia política, e sua constatação de que não é a natureza em si que está em crise, mas as formas sociais que se apropriam da natureza é que estão provocando a atual crise ecológica. O crescente consumo de bens – que gera a manutenção de um estilo de vida e um consumo desenfreado –, precisa ser repensado por conta da relação com as novas gerações e da manutenção das desigualdades. Os países ricos devem modificar seu

modo de produção e de vida, pois colocam em risco o equilíbrio mundial.

O quarto capítulo – “Pós-extrativismo como condição para o Bem Viver” – dedica-se a pensar o Sul global e a necessidade de mudanças relacionadas às relações de poder, ao imaginário enquanto disputa ideológica, às práticas econômicas e às políticas e culturais: uma nova economia para outra civilização. Essa nova sociedade deve estar baseada na solidariedade, reciprocidade, complementariedade com a desconstrução da racionalidade capitalista, com a finalidade de reconstruir alternativas. O próprio “Bem Viver” – expressão de alternativa dos países andinos –, é fruto das resistências e de experiência de justiça ecológica que se multiplicaram nos últimos anos, quando, por causa do extrativismo, territórios e seus agentes colocam-se críticos a atores que materializam esse modelo de desenvolvimento predatório e entendem a necessidade de agir e construir um futuro pós-extrativismo.

O penúltimo capítulo – “Pós-extrativismo e decrescimento: caminhos para uma aproximação” – traz uma crítica direta à ideia de “desenvolvimento” presente tanto nas práticas de governos neoliberais na América Latina, como também em governos “progressistas”. A crise ecológica que vivemos é urgente, e as desigualdades ambientais que vemos em diversos territórios trazem a necessidade de aproximarmos o Norte global do Sul global. O debate no qual se inserem o “Bem Viver” e o decrescimento trata da busca por “alternativas ao desenvolvimento”: o primeiro é contrário à apropriação atual da natureza e seus territórios, enquanto o segundo, aos privilégios do modo de vida imperial. Essas são as faces de uma mesma questão urgente.

No sexto capítulo de nome – “Como sair do labirinto?” – Perspectivas e perguntas

abertas, mais do que respostas fáceis, os autores abrem questões acerca das noções de decrescimento e de pós-extrativismo. Mesmo não sendo sinônimos e nem necessariamente complementares, estas são expressões de uma mesma realidade. Sobre a América Latina e os conflitos socioambientais, o “Bem Viver” é um projeto emancipador que se nutre dos saberes, resistências e lutas ao modelo neoextrativista a que estão submetidos. A busca por alternativas ao crescimento econômico como a única expressão do progresso é muito mais ampla e está ligada às localidades.

Esse livro abre a necessidade de pesquisas empíricas nos mais diversos contextos para se compreender, a partir dos atores, como estão sendo criados novos imaginários políticos, outras formas de “Bem Viver” que não se limitam às experiências andinas. No Brasil, vemos essas disputas territoriais, onde empresas extrativistas e megaempreendimentos são a expressão da materialização desse modelo de desenvolvimento predatório nas localidades. As formas de organização e as alianças com redes globais de movimentos sociais são algumas temáticas que emergem para serem conhecidas a partir de uma perspectiva socioantropológica (CARNEIRO, 2012), em que atores em “arenas” buscam lutar pelos sentidos e “projetos”, trazendo para o centro da análise as afetações sofridas por populações atingidas, suas estratégias políticas e repertórios de contestação.

Referências

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016.

CARNEIRO, M. S. *Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do*

desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.

GUDYNAS, E. Beyond varieties of development: disputes and alternatives. *Third World Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 721-732, 2016.

HENDERSON, J. et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

SANTOS, R. S. P. Redes de produção globais, transformação estrutural e crítica/contestação social: a TK CSA em Itaguaí, RJ. In: RAMALHO, J. R.; FONTES, A. (Orgs.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2012. v. 7. p. 43-76.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n. 244, p. 30-46, 2013.

ZHOURI, A.; SILVA VALENCIO, N. F. L. *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

Recebido em: 18/11/2019
Aprovado em: 03/08/2020